



1.13 • Conjuntura internacional

Israel: as batalhas de “Bibi” (II)

Margarida Santos Lopes

UM GRANDE ISRAEL será “a perda da identidade judaica” do Estado, e o problema que os EUA terão de enfrentar defende Henry Siegman (Presidente do *US/Middle East Project*), “não é mais onde serão delineadas as fronteiras de um Estado palestino (matéria que Washington deixou aos israelitas para resolverem), mas se estão preparados para defender o que será cada vez mais visto, por toda a gente, como um regime de *apartheid*.” Siegman sugere aos palestinos a dissolução da Autoridade Palestiniana, o fim da rivalidade Fatah-Hamas e uma luta pela cidadania plena no Grande Israel que já habitam. Ao fazê-lo, “os palestinos estarão a desafiar não apenas a população israelita mas também os EUA e a comunidade internacional para que se insurjam contra o governo mais reacionário da história de Israel.” E, “se essa solução não ressuscitar a solução de dois Estados, nada o conseguirá; nesse caso, não poderia haver melhor calendário para a luta que os palestinos iniciaram pela cidadania e direitos iguais no Grande Israel.”

Os testemunhos de seis antigos chefes do serviço de segurança interna, Shabak ou Shin Bet, num documentário, *The Gatekeepers*, são extremamente relevantes. O realizador, Dror Moreh, acredita que a confissão individual e colectiva que obteve nos seus encontros com Avraham Shalom (1980-1986), Yaakov Peri (1988-1994), Carmi Gillon (1994-1996), Ami Ayalon (1996-2000), Avi Dichter (2000-2005) e Yuval Diskin (2005-2011) influenciou as últimas eleições israelitas, apesar de a ocupação e os palestinos terem estado quase ausentes da campanha. “Estes homens são venerados em Israel como heróis e quando eles reconhecem que a ocupação nos está a destruir, as pessoas ouvem-nos, porque eles não são pacifistas, mas têm sido os nossos guardiões”, disse Doreh à autora deste artigo.

“Eles sabem o que falam, quando expõem os seus dilemas e acções”, enfatiza Moreh. Avraham Shalom, o mais velho, com 85 anos, ajudou a capturar Adolf Eichman, o artífice do Holocausto, e a perseguir os autores do massacre dos atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique. Yaakov Peri, que enfrentou a primeira Intifada de 1987, mandou assassinar, em Tunes, o ideólogo da sublevação e “número dois” da OLP, Abu Jihad. Carmi Gillon, não conseguiu impedir o assassinio de Yitzhak Rabin, a 4 de Novembro de 1995, por um activista da extrema-direita judaica, mas em Janeiro de 2006, ordenou a decapitação (com um telemóvel armadilhado) de Yahya Ayyash, o “engenheiro bombista” do Hamas.

Ami Ayalon, 68 anos, teve de travar uma “guerra implacável contra o terror” sob a liderança de três primeiros-ministros: Shimon Peres, Netanyahu e Ehud Barak. Avi Dichter, antigo comando da

lendária unidade militar Sayeret Matkal, tomou posse, em 2000, com a alvorada da segunda e mais sanguinária Intifada. Terá sido ele (já envolvido na morte do “engenheiro” Ayyash) quem deu luz verde aos assassinios de Salah Shehade (2002) e do xeque Ahmad Yassin (2004), respectivamente, o líder da ala militar e o guia espiritual do Hamas. Também encorajou Ariel Sharon à retirada unilateral de Gaza e à construção do “muro de separação” na Cisjordânia.

“
O diálogo com o inimigo é essencial. Não há nada a perder.”

Se os anteriores cinco chefes do Shin Bet já não estavam no activo, Yuval Diskin ainda chefiava a agência quando Moreh o entrevistou duas vezes, no seu escritório, “indicador do quão alarmante ele considera a situação.” Em 2000, foi Diskin quem liderou a operação para “destruir as infraestruturas militares do Hamas” na Cisjordânia. Em 2003, durante uma licença sabática, foi conselheiro de Meir Dagan, o então chefe da Mossad – ambos críticos da política de Netanyahu em relação ao programa nuclear iraniano (ameaça de guerra), porque “o regime em Teerão não é irracional”. Em 2005, Diskin foi promovido a director do Shin Bet, tendo “aperfeiçoado a doutrina dos assassinios selectivos de que terá sido o artífice”. Evocando Yeshayahu Leibowitz, um dos maiores intelectuais do judaísmo, Moreh confrontou Diskin com a avaliação feita, em 1968, pelo professor que cunhou a controversa expressão “judeu nazi”: a ocupação transformará Israel num estado policial, o que minará a liberdade de expressão e de pensamento, e a democracia. Diskin respondeu: “Subscrovo todas as suas palavras”. Em *The Gatekeepers*, o eloquente Ayalon desabafa: “Questionamo-nos cada vez menos sobre onde vamos parar se a ocupação continuar. [...] A tragédia é que ganhamos todas as batalhas mas estamos a perder a guerra.”

Quem mais surpreendeu Dror Moreh foi Avraham Shalom. “Ele compara a ocupação israelita dos territórios palestinos à ocupação alemã da Europa – não ao Holocausto”, observou o realizador. “É preciso ter em conta que Shalom nasceu em Viena e que, na Kristallnacht, conduzido pela mãe à escola, foi espancado quase até à morte por colegas. Ele diz que sentiu na pele o que significa viver sob um regime racista”. No documentário, Shalom é frontal: “Não há estratégia, só há tática” – um libelo contra os responsáveis políticos. Moreh diz que “não podia apagar” as palavras de Shalom, “ditas com vergonha mas também o orgulho patriótico

de quem agiu para defender e proteger Israel, porque só os judeus podem falar deste modo.” Antes de os ex-chefes do Shin Bet terem partilhado os seus receios com Dror Moreh, face aos perigos da ocupação, já um antigo chefe da Mossad, Efraim Halevy, deixara um aviso no que concerne ao programa nuclear do Irão, país exportador de petróleo mas sem capacidade de o refinar para fazer face a uma crescente procura, e a fraquejar perante sanções internacionais. Numa entrevista, Halevy disse: “O diálogo com o inimigo é essencial. Não há nada a perder. Embora se diga que se falarmos com ele estamos a legitimá-lo, senão falarmos também não lhe retiramos legitimidade. Temos sido demasiado superficiais no modo como lidamos com o inimigo. Será muito difícil chegar a um acordo com o Irão. É preciso ter muita criatividade. E coragem, coragem política. [...] Há duas questões que têm de ser resolvidas de forma clara: o Irão não pode obter capacidade nuclear militar; e a existência de Israel não pode ser um problema.”

Livni, a América e a Europa

O que vai fazer Netanyahu? No momento em que este artigo é escrito, o primeiro-ministro reeleito está enredado em negociações para formar a próxima coligação, em vésperas de uma visita oficial de Barak Obama. O primeiro convite foi endereçado a Tzipi Livni, que foi sua colega no Likud até se juntar a Ariel Sharon no Kadima e depois formar o seu próprio partido Hatnuah (Movimento). “Bibi” deu-lhe a pasta da Justiça (que já antes ela exercera) e a tarefa de formar uma equipa para retomar as negociações com os palestinos. Do pouco que se sabe, por agora, é que a última palavra caberá sempre ao chefe do governo.

Citemos de novo Larry Derfner, analista político, sobre “o golpe de mestre” de Netanyahu ao convidar “A Senhora Processo de Paz”, mais popular no estrangeiro do que em Israel: “Ele tem agora o caminho aberto para o seu governo ideal – composto por ultraortodoxos e direitistas, que são a sua base, mas também aquele que manterá afastados Obama e os europeus, ao dar a aparência – completamente falsa – de que tenciona fazer a paz com os palestinos. Esse será o papel de Livni, e ela ficará feliz por o desempenhar [...] porque sempre o quis, e porque a salva de uma morte política na oposição, depois de ter obtido uns miseráveis seis lugares no Knesset. O mais importante é que Netanyahu já não precisará de Yair Lapid do Yesh Atid, partido centrista – um problema. Se Netanyahu cedesse à sua principal exigência, a de forçar os *baredim* (judeus ultra-ortodoxos) a cumprir o serviço militar, iria enfrentar uma intifada *baredi* e os *baredim* tornar-se-iam seus inimigos”.

O INIMIGO ESTÁ ENTRE OS ÁRABES

Há um provérbio no Médio Oriente —“O inimigo do meu inimigo é meu amigo” — que, talvez, justifique a formação e dissolução de várias alianças regionais, como a que uniu a Síria de Hafez al-Assad ao Irão do *Ayatollah* Khomeini contra o Iraque de Saddam Hussein em 1980 — Damasco e Bagdad governados à época por facções rivais do partido Baas. No entanto, se a criação do Estado de Israel em 1948 fez com que fosse ostracizado pelos vizinhos árabes como “O inimigo” que jamais poderia ser amigo, as recentes sublevações que derrubaram autocratas vitalícios estão, aparentemente, a mudar mentalidades.

O mundo há muito que está habituado à imensa capacidade de autocritica dos israelitas. Historiadores, como Benny Morris ou Tom Segev, foram os primeiros a revelar segredos escondidos em arquivos, reconhecendo “limpezas étnicas” e massacres, cometidos em nome do sonho sionista de Theodor Herzl e que contribuíram para o êxito palestino.

Do lado árabe, essa reflexão tem sido feita, mas de forma lenta, e provavelmente, ninguém ousou ir tão longe como Abdulateef Al-Mulhim comodoro da Marinha Real saudita, que serviu durante 28 anos até à reserva¹. Numa coluna de opinião, que semanalmente publica no jornal *Arab News*, intitulada *Arab Spring and the Israeli enemy*, o oficial superior graduado em 1979 na *State University of New York Maritime College* escreveu: “Por que é que os Estados árabes não gastaram os seus fundos em educação, saúde e infraestruturas e optaram por guerras? Mas a questão mais dura que nenhum árabe quer ouvir é porque é que Israel é o inimigo real do mundo árabe e do povo árabe?”

Naquele artigo, e numa entrevista telefónica que nos deu a partir de Riad², Abdulateef Al-Mulhim justifica por que colocou o dedo na ferida: “Fico com o coração partido ao ver crianças massacradas pela força aérea síria; ao ver a mortandade no Iraque causada pelo sectarismo religioso entre xiitas e sunitas; ao ver inocentes morrerem à fome no Iémen...”

“A destruição e as atrocidades que eu vejo não são culpa de um inimigo externo”, frisou. “São cometidas por aqueles que deveriam proteger as suas populações. O mundo árabe tem muitos inimigos, mas Israel deveria estar no fim da lista. Os principais inimigos são internos: corrupção, falta de liberdade e desrespeito pelos direitos humanos. Os crimes dos ditadores árabes são muito piores do que todas as guerras israelo-árabes. Veja-se o Egito: em vez de reconstruírem um país após a queda de Hosni Mubarak, salafistas querem destruir as Pirâmides.”

Uma solução do conflito com Israel “tem de começar com a resolução da questão dos refugiados palestinos”, precisa Abdulateef Al-Mulhim: “Só podem

ser reconhecidos os refugiados de 1948 e não os de 1967; estes terão um lar na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Pior estão os refugiados que se encontram no Líbano, no Iraque, na Síria, na Jordânia, mas é necessário que os palestinianos aceitem um compromisso.” Porque os árabes, acrescenta, “já não têm tempo e vontade de lutar contra Israel. Os Estados do Golfo, por exemplo, estão a modernizar-se; não lhes interessa outra guerra que possa destruir as suas infraestruturas.”

Abdulateef Al-Mulhim confessou surpresa com a gigantesca onda de elogios e críticas que recebeu após o artigo em que retirou de Israel a etiqueta de inimigo. “Já havia escrito textos mais polémicos, todos eles traduzidos para outras línguas, mas talvez esta reacção se possa explicar pelo difícil momento que vivemos.” Como exemplo de dois artigos “ainda mais críticos”, menciona *What if the Arabs had recognized Israel in 1948?*; e *Is Visiting Jerusalem a recognition of Israel?*, ambos publicados no jornal *Arab News*.

No artigo publicado em Março de 2011, Abdulateef Al-Mulhim lamenta a falta de visão dos árabes quando a ONU propôs a divisão da Palestina do Mandato Britânico. Se a existência de Israel não tivesse sido negada, observa, “os palestinianos teriam conseguido libertar-se das promessas ocas dos ditadores árabes que insistem em dizer-lhes que os refugiados irão regressar às suas casas, que todos os territórios árabes serão libertados e que Israel será lançado ao fundo do mar.” E lamenta: “Alguns líderes árabes têm usado os palestinianos para suprimir os seus próprios povos e se manterem no poder. Cada político árabe, desde 1948, queria ser um herói e era fácil conseguir isso, só tinha de gritar bem alto a sua intenção de destruir Israel, sem mobilizar um único soldado (falar não custa nada).”

Na coluna provocatória sobre Jerusalém, por outro lado, o militar que vive em Khobar, a primeira cidade saudita atacada pela al-Qaeda em 1996, aplaude Anwar Sadat, o Presidente egípcio que pagou com a vida a audácia de visitar, em 1977, uma capital disputada por dois povos antes de assinar o primeiro tratado de paz israelo-árabe. “O Egito conseguiu o que nunca conseguiria com uma guerra: a devolução da península do Sinai”. Também exorta a que seja seguido o exemplo do Grande Mufti do Egito que se deslocou à Mesquita de al-Aqsa, em 18 de Abril de 2012: “Só assim se pode pôr fim ao conflito.”

O facto de Abdulateef Al-Mulhim poder exprimir — e publicar — estas opiniões, “sem correr o risco de ser preso”, como garantiu na entrevista, já é um sinal de que “o comboio árabe parado desde 1948” retomou finalmente a viagem, esperando ainda alcançar o progresso que Israel atingiu nos últimos 65 anos.

¹ [http://www.susris.com/about/authors-experts-interviews/abdulateef-al-mulhi/]. ² Entrevista à autora em 13 de Novembro de 2012.

Sem o Yesh Atid, o segundo maior partido, Nertanyahu não consegue uma coligação com a maioria necessária de 60 dos 120 lugares parlamentares; no entanto, constatou Derfner, ao chamar o Hatnuah, de Livni, “Bibi” pode excluir Lapid e atrair Naftali Bennett, porque este, “apesar da retórica”, sabe que a recruta obrigatória dos *baredim* “significaria abrir um cisma entre os colonos”, de quem ele foi dirigente. O seu principal interesse, segundo o comentador, “é expandir os colonatos, reforçar o nacionalismo e marginalizar os palestinianos”. Isso é o que os potenciais partidos ultraortodoxos “querem também fazer e o que Livni não terá poder para impedir.”

O jornal *Times of Israel* fez uma análise diferente, ao referir que a entrada de Livni para liderar as negociações com os palestinianos — e assim fazer parte do gabinete restrito de segurança — vai contribuir para que o partido de Bennett recuse integrar a coligação, o que deixa Netanyahu com um governo minoritário, necessitando de acordos temporários para aprovar legislação.

Derfner insiste em que, perante duas opções, “fazer de Lapid ou dos *baredim* o inimigo, Netanyahu prefere não hostilizar os *baredim* — porque eles ainda andarão por aqui quando Lapid já tiver desaparecido, o que poderá acontecer mais cedo do que se prevê se ficar confinado à oposição,

onde nem ele nem a sua circunscrição de classe média jamais quiseram estar.” Segundo a aritmética de Derfner, com o Likud-Beitenu, o Hatnuah, os ultraortodoxos do Shas (o seu líder, Aryeh Deri, já se mostrou disponível) e do Judaísmo Unido da Torá, o Bayit Yehudi e o Kadima (dois deputados, um deles, Shaul Mofaz, cuja demissão antecipara as eleições), Netanyahu “contará com 69 deputados — mais oito do que precisa”.

Se esta união falhar, “Bibi” ainda tem uma alternativa: atrair o Partido Trabalhista ou alguns dos seus membros menos relutantes em aceitar uma parceira do que a líder, Shelly Yachimovich. O objectivo de Netanyahu, na opinião de Derfner, será “agradar aos colonos, aos *baredim* e aos ocidentais”. A classe média “é apolítica” e não vai protestar por, mais uma vez, um governo se render aos ultraortodoxos.

Tão ou mais cáustico do que Derfner foi Yossi Verter, colunista do Ha’aretz: “Tzipi Livni não é menos confiável do que outros políticos que quebraram as suas promessas [...]. Livni vai lidar com os palestinianos enquanto Avigdor Lieberman estiver a contas com os tribunais, e continuará a lidar mesmo que ele seja absolvido e regressar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Onde é que isto nos conduz? Adivinhamos que, enquanto Netanyahu for primeiro-ministro, não conduzi-

rá a nada. Mas Livni poderá dizer, pelo menos, que tentou, não para seu próprio bem, mas para bem do país e dos nossos filhos. Ela falou da sua intenção de acabar com o conflito (num discurso ao lado de “Bibi”, a 19 de Fevereiro). Netanyahu esboçou um sorriso. Para ele, o conflito acabou no dia em que ela entrou no governo. Ele vai usá-la como lexívia, como funcionária de relações públicas no estrangeiro, tal como foram usados Ehud Barak e Ehud Meridor. Ele vai enviá-la aos americanos e aos europeus, que gostam dela, para que explique como é difícil a vida numa coligação e como os palestinianos são insubordinados.

Yehuda Ben Meir, investigador associado no *Institute for National Security Studies* em Telavive, diverge de Derfner e Verter “Devemos ser optimistas”, disse ao diário britânico *The Guardian*. “Nenhum político israelita está mais identificado ou tem um desejo tão ardente e convicção profunda de que é possível um acordo de paz com os palestinianos como Tzipi Livni. Ela pode ter sentido que a única opção que lhe restava era ser parte da coligação, dado o seu mau resultado eleitoral. Netanyahu poderá não cumprir a sua palavra, mas conhecendo os seus princípios e modo de agir, creio que ela chegou a um compromisso para avançar seriamente com o processo de paz. Objectivos políticos comuns podem dar amantes improváveis”. ■